

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

DE 12 / 05 / 18

Pág. 89 Col. 1

Fernando de Lima Gasparotto
RF. 11.272

A Comissão de Adm
Em 12/05/18 às 10h
Fernando de Lima Gasparotto
RF 11.272

RECEBIDO

Comissão de Administração Pública

Em 12/05/18 às 10h12
RF 101123

Vera Nice Rodrigues Ribeiro
Assistente Parlamentar
RF.

Ao Vereador / A Vereadora

Donato

Para retatar
Sala da Comissão de Administração Pública.

Em 06 / 06 / 18

Presidente
Obs. O prazo para manifestação é de 8 dias, nos
termos do § 3º, inciso 63 do RI

Segue anexo 1 nesta data documento(s),
e papel de informação rubricado 1 sob folha(s)
nº 15 e 16 Em 17/05/18
Vera Nice Rodrigues
RF. 101.123 - Assistente Parlamentar

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

PL 532/2017

Folha nº 15 do proc.
nº 532 de 20 17

fls. 19

Vera Nice Rodrigues
RF 101 173 - SGP-12

**PARECER Nº 1236/2018 DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SOBRE O
PROJETO DE LEI Nº 532/2017**

Este Parecer tem como objeto o Projeto de Lei 532/2017, de autoria do Nobre Vereador Reis (PT), que *institui a Campanha de Reeducação Alimentar nas instituições de Ensino Infantil e Ensino Fundamental da Rede Pública e Privada*.

De acordo com a justificativa e exposição de motivos, o Projeto de Lei ora proposto tem por objetivo central garantir ações mais efetivas por parte do poder público, quanto a formação de crianças e jovens em termos da alimentação saudável, no sentido de prevenir a obesidade infantil e doenças como diabetes e hipertensão. Esse trabalho será realizado por meio de campanha envolvendo as escolas de educação infantil e ensino fundamental, em parceria com as Secretarias Municipais de Educação e da Saúde.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, manifestou-se **favoravelmente**, pela **Legalidade** pelo reconhecimento do interesse público da iniciativa, mas apresentou **Substitutivo** com o fim de adequar a redação do projeto à técnica legislativa prevista na Lei Complementar Federal nº95/98, excluir do projeto as escolas da rede privada, tendo em vista que o princípio constitucional da livre iniciativa que lhes assegura autonomia e, finalmente, adequar o texto ao princípio constitucional da harmonia e independência entre os Poderes, suprimindo os dispositivos que interfiram em atribuições privativas do Poder Executivo.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

PL 532/2017

Folha n° 16 do proc.
n° 532 de 20 17

Vers Nice Rodrigues
RF 101.123 - SGP-12

Ante o exposto, reconhecendo o interesse público da iniciativa, no sentido de efetivar e implementar a referida proposta, apontamos que não há impeditivos à sua aprovação nos termos do substitutivo aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Administração Pública, em 15/08/2018

DAVID SOARES

GILSON BARRETO

ANTÔNIO DONATO - Relator

RINALDI DIGIGLIO

PAULO FRANGE

QUITO FORMIGA

MÁRIO COVAS NETO

Relatório no 1275/2018